



Ano II - Edição 333 – Cassilândia - MS – 15 de Abril de 2015 Pág. 01



Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º

310/2015, de 13 de abril de 2015.

“Retifica o Art. 1º da Portaria Nº 458/2013, de 18 de julho de 2013, que Designa os Membros Conselheiros do Conselho de Alimentação Escolar – CAE do município de Cassilândia/MS., e dá outras providências”.

MARCELINO PELARIN, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Retifica o Art. 1º da Portaria Nº 458/2013, de 18 de julho de 2013, **na parte onde se lê:**

“Art. 1º - Designa os Membros Titulares e Suplentes para compor o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, **para o quadriênio de 14/07/2013 a 13/07/2013**, na forma da legislação vigente, com as seguintes representações, saber:”

Leia-se:

“Art. 1º - Designa os Membros Titulares e Suplentes para compor o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, **para o quadriênio de 14/07/2013 a 13/07/2017**, na forma da legislação vigente, com as seguintes representações, saber:”

Art. 2º - Fica revogada a Portaria Nº 266/2015, de 06 de abril de 2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, mantido os incisos, parágrafos e artigos constantes na Portaria Nº 458/2013, de 18 de julho de 2013.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* registrada no livro próprio e publicada por afixação no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia
DECRETO N.º



2.989/2015 – de 09 de abril de 2015.

“Dispõe sobre os Benefícios Eventuais de que trata o Art. 22 da Lei Nº 8.742 (LOAS) e dá outras providências”.

MARCELINO PELARIN, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições legais;

DECRETA:

CONSIDERANDO que a concessão dos Benefícios Eventuais é um direito garantido em lei e de longo alcance social;

CONSIDERANDO que os Benefícios Eventuais da assistência social, previstos no artigo 22 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, integram o conjunto de proteções da política de assistência social e, neste sentido, inserem-se no processo de reordenamento de modo a garantir o acesso à proteção social ampliando e qualificando as ações protetivas;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 212, de 19 de outubro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que propõe critérios orientadores para a regulamentação da provisão de Benefícios Eventuais no âmbito da política pública de assistência social;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007, dispõe sobre os Benefícios Eventuais e define em seu artigo 9º que as “provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de Benefícios Eventuais da assistência social”;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 39, de 09 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), dispõe sobre o processo de reordenamento dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política de Assistência Social em relação à Política de Saúde;

CONSIDERANDO a Deliberação nº 218, de 10 de setembro de 2011, institui critérios para aprimorar o reordenamento da prestação dos Benefícios Eventuais afiançados na Assistência Social, no Estado de Mato Grosso do Sul;

CONSIDERANDO a Deliberação do CEAS/MS nº 101, de 02 de dezembro 2011, dispõem sobre a Regulamentação dos Benefícios Eventuais no Estado de Mato Grosso do Sul;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer critérios para a regulamentação da provisão de benefícios eventuais no âmbito da política municipal de assistência social.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Prefeitura Municipal de Cassilândia



DECRETO N.º

§ 1º - Os benefícios eventuais consistem em uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), fundamentados nos princípios de cidadania e dignidade da pessoa humana, serão prestados aos cidadãos em razão de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária, extrema pobreza e de calamidade pública.

§ 2º - O benefício eventual deve integrar à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas;

§ 3º - O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

§ 4º - É proibida à exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza;

§ 5º - Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz.

§ 6º - Os benefícios eventuais não estão restritos a prestações únicas, caso de nascimento e morte, perdas e danos, mas devem incluir provisões preventivas em casos de calamidades e de outros agravos, e assim caracterizadas:

- a) Distributivos, gratuitos e não sujeitos a condicionalidades ou contrapartidas;
- b) Desfocalizado da indigência, da idade mínima de 65 anos e deficiências;
- c) Interpretados como direitos e terem divulgadas amplamente e periodicamente as condições e a oportunidade para acessá-los e usufruí-los;
- d) Desvinculados de testes e de meios ou comprovações rigorosa, complexas, constrangedoras.

Art. 2º - Os benefícios eventuais destinam-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

I - Considera-se Família para efeito da avaliação da renda per capita o núcleo básico, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade circunscritos as obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno de relações de geração, gênero e homoafetiva que vivem sob o mesmo teto (LOAS/ NOB-SUAS).

§ 1º - Contingências sociais são situações que podem deixar as famílias ou indivíduos em situações de vulnerabilidade e fazem parte da condição real da vida em sociedade, tais como: acidentes, nascimentos, mortes, desempregos, enfermidades, calamidades, entre outros.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

DECRETO N.º



§ 2º - Entende-se que as pessoas com menores rendimentos, dadas às condições de vida, são as mais afetadas, por contarem com menos possibilidades de enfrentamento a tais adversidades.

Art. 3º - Os benefícios eventuais podem ser destinados a todos os seguimentos sociais e a todos os tipos de carências desde que emergenciais.

§ 1º - As famílias ou indivíduos requerentes devem ser/estar cadastradas no CADÚNICO.

§ 2º - O estudo socioeconômico e o estudo social são instrumentos que devem ser utilizado na concessão dos benefícios eventuais e serem realizados pelo técnico de assistência social.

Da Documentação

Art. 4º - A ausência de documentação pessoal, não será motivo de impedimento para a concessão do benefício, devendo a Secretaria Municipal de Assistência Social no que compete a esta, adotar as medidas necessárias ao acesso do indivíduo e suas famílias à documentação civil e demais registros para a ampla cidadania do mesmo, excluindo a responsabilidade de documentos do Estado.

DAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Da Classificação

Art. 5º - São formas de benefícios eventuais no município de Cassilândia, aprovado e regulamentado pelo CMAS, será nas seguintes modalidades e classificação:

- I - auxílio natalidade;
- II - auxílio funeral;
- III - vulnerabilidade temporária;
- IV - calamidade pública;

Do Auxílio Natalidade

Art. 6º - O Benefício Eventual, na forma de auxílio natalidade, será concedido na eventualidade de nascimento de um membro da Família para atender aspectos como: necessidades básicas do nascituro, incluindo o kit bebê que será composto por: 01 (um) jogo de mamadeira; 01 (um) pacote de fralda descartável tamanho (P) pequeno, com 48 unidades; 02 (dois) macacões; 01 (um) sabonete; 01 (uma) toalha de banho; 01 (um) par de meias.

§ 1º Serão ofertados o Kit Bebê às gestantes que realizam pré-natal pelo SUS – Sistema Único de Saúde, que possuam ou viabilizem o Cadastro Único de Benefícios Sociais e que possam participar dos programas intersetoriais acompanhada pelo período de (04) quatro meses através de atividades de convivência e fortalecimento de vínculos familiares.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Prefeitura Municipal de Cassilândia

DECRETO N.º



§ 2º O requerimento do benefício natalidade deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após o nascimento.

§ 3º A materialidade do benefício deverá ser aplicado em conformidade com a vulnerabilidade e necessidade da família e avaliação da equipe técnica de concessão.

§ 4º O referido kit que se trata no §1º deste artigo, será concedido em número igual da ocorrência do nascimento.

§ 5º Caso ocorra a necessidade da alimentação do recém-nascido por situação de vulnerabilidade temporária ou extrema pobreza, será concedido quatro (04) latas de leites por mês, pelo período de até três (03) meses, mediante a avaliação do técnico do Serviço Social, relatório socioeconômico, e acompanhamento social.

Dos Documentos do Auxílio Natalidade

Art. 7º - O auxílio natalidade atenderá com os seguintes aspectos:

- I - necessidades do nascituro ou recém-nascido;
- II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;
- III - apoio à família no caso de morte da mãe.

§ 1º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

- I – Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;
- II – Se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;
- III – comprovante de residência no Município de Cassilândia, por meio de conta de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei, se houver;
- IV – Comprovante de renda de todos os membros da unidade familiar;
- V – Documentos pessoais.

Do Auxílio Funeral

Art. 8º O Benefício Eventual, na forma de auxílio funeral, constitui-se em uma prestação temporária não contributiva da assistência social, como auxílio nas seguintes modalidades:

§ 1º Para reduzir vulnerabilidades e riscos, os membros da família devem ser/estar cadastrados no CADÚnico com dados atualizados, ser morador de Cassilândia/MS, ter renda familiar mensal de até ¼ do salário mínimo por pessoa, que comprove não ter ascendente ou descendente do falecido (a) com condições financeiras para suprir tais necessidades e comprovar que faleceu um membro da família, apresentando certidão de óbito ou de natimorto.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

DECRETO N.º



§ 2º Os serviços funerários somente poderão ser pagos como benefício eventual à empresa que for contratada e/ou conveniada pelo poder público municipal com a apresentação de documentos fiscais, de modo que, caso a família opte pela prestação de serviço por outra funerária, a concessão do benefício estará impossibilitada;

§ 3º Despesas relacionadas com liberação do corpo em outro município, IML, Delegacia, eutanato e alimentação serão responsabilidade da família, ressalvados os casos excepcionais, que serão pagos pelo Município;

§ 4º A concessão do benefício não será ofertada ao usuário em caso do mesmo possuir plano funerário ou seguro por morte de acidente;

§ 5º O auxílio funeral será concedido em forma de pecúnia com os seguintes critérios;

§ 6º De 50 a 80% do salário mínimo vigente no país, para as famílias em vulnerabilidade temporária;

§ 7º De 80% a (um) 01 salário mínimo e (1/2) meio vigente no país, para as famílias em extrema pobreza.

§ 8º O auxílio funeral será prestado no prazo de até trinta (30) dias do falecimento e para ressarcimento no prazo de até trinta dias do requerimento.

Parágrafo Único: Para casos ressalvados, conforme especifica o § 3º do Art. 9º, será necessária a avaliação do técnico do CRAS com o relatório socioeconômico.

Do Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária

Art. 9º. O Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária caracteriza-se como uma provisão suplementar provisória de assistência social, prestada em bens de consumo e/ou em pecúnia, para suprir a família em situações de vulnerabilidade temporária, que envolvem acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e podem se apresentar de diferentes formas produzindo diversos padecimentos.

Art. 10. A vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II – perdas: privação de bens e de segurança material;
- III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo Único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

§ 1º ausência de acesso a condições e meios para suprir a necessidade cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente de alimentação;

§ 2º falta de documentação;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia
DECRETO N.º



§ 3º situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo a seus filhos:

§ 4º perda circunstancial decorrente de ruptura e vínculos familiares e comunitários;

§ 5º presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça a vida;

§ 6º situações de famílias em dificuldades socioeconômicas durante os processos de remoções ocasionados por:

- a) decisões governamentais de reassentamento habitacional;
- b) decisões desocupação de área de risco.

§ 7º outras situações sociais que comprometam a sobrevivência e a convivência familiar e comunitária.

Dos Beneficiários

Art. 11. O público alvo do auxílio de que trata esta subseção são as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes ou em passagem pelo Município de Cassilândia.

Da Finalidade

Art. 12. O auxílio visa suprir situações de riscos, perdas e danos imediatos que impeçam o desenvolvimento e a promoção sociofamiliar, possibilitando o fortalecimento dos familiares e garantir a inserção comunitária.

Forma de Concessão

Art. 13. O auxílio poderá ser concedido em caráter provisório através dos seguintes bens de consumo:

I. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

§ 1º Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

a) serão concedidas diárias de hotel conforme a necessidade dos usuários, com relatório socioeconômico pelo técnico de referência.

b) será concedida alimentação conforme a necessidade dos usuários, com relatório socioeconômico pelo técnico de referência.

c) poderá ser concedido transporte aos usuários através de relatório socioeconômico pelo serviço ofertado onde a responsabilidade será dos técnicos referenciados de cada órgão.

§ 2º da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida:



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

GROSSO
DO SUL

CASSILÂNDIA

DECRETO N.º

- a) serão concedidas diárias de hotel conforme a necessidade dos usuários, com relatório socioeconômico pelo técnico de referência.
- b) será concedida alimentação conforme a necessidade dos usuários, com relatório socioeconômico pelo técnico de referência.
- c) poderá ser concedido transporte aos usuários através de relatório socioeconômico pelo serviço ofertado onde a responsabilidade será dos técnicos referenciados de cada órgão.

II – em caso de acolhimento institucional de crianças e adolescentes:

§ 1º poderá ser custeado o benefício no valor de até $\frac{3}{4}$ do salário mínimo vigente no país para as despesas de:

- a) vestuário; higiene pessoal e colchões, com relatório socioeconômico pelo técnico de referência.

Dos Critérios

Art. 14. Na seleção de famílias e dos indivíduos, para fins de concessão deste auxílio, devem ser observados:

I – indicativos de violência contra criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso, como trabalho infantil, conflito com a lei, abuso e exploração sexual, negligência, isolamento, maus tratos; ou por questões de gênero e discriminação racial e sexual;

II – moradia que apresenta condições de risco;

III – pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência em situação de isolamento;

IV - situação de extrema pobreza;

V – famílias com indicativos de rupturas familiares;

VI- que possuam renda familiar per capita igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo nacional vigente.

VII- No caso do benefício em pecúnia para auxílio aluguel decorrente de reassentamento de família em área de risco fica dispensada a observância do parágrafo VI do artigo 24.

Parágrafo único O usuário receberá o auxílio mediante relatórios consubstanciados de acompanhamento elaborado pela equipe técnica, enquanto perdurar a situação de vulnerabilidade, sem desconsiderar o caráter temporário e eventual deste benefício.

Do Auxílio em Situação de Desastre e/ou Calamidade Pública

Definição

Art. 15. O auxílio em situação de desastre e/ou calamidade pública é uma provisão suplementar e provisória de assistência social, prestada para suprir a família e o indivíduo na eventualidade dessas condições, de modo a assegurar-lhe a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia
DECRETO N.º



Parágrafo Único. Considerar-se-ão benefícios eventuais o atendimento às vítimas de calamidade pública, de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do §2º, do art. 22 da Lei nº. 8.742, de dezembro de 1993 e alterações posteriores. Entende-se por estado de calamidade pública o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

I - Conceder-se-á como forma de concessão do benefício eventual dentro dessa resolução de:

§ 1º Bens de consumo: Alimentação, cobertor, Colchões e vestuário, e outros às pessoas vitimadas por calamidade pública;

Dos Beneficiários

Art. 16. O público alvo deste auxílio são as famílias e indivíduos vítimas de situações de desastre e/ou de calamidade pública, os quais se encontrem impossibilitados de arcar por conta própria com o restabelecimento para a sobrevivência digna da família e de seus membros.

Forma de Concessão

Art. 17. O auxílio será concedido na forma de pecúnia e/ou de bens de consumo, em caráter provisório, levando-se em conta a avaliação socioassistencial de cada caso.

Da Equipe Profissional

Art. 18. A avaliação socioeconômica será realizada por assistente social, e o acompanhamento das famílias e dos indivíduos beneficiários será realizado por técnicos integrantes da equipe de Proteção Básica e ou Proteção Especial de Média Complexidade.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. À Secretaria de Assistência Social compete:

I. A coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos Benefícios Eventuais, bem como o seu financiamento;

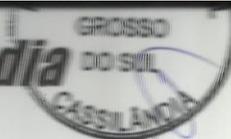
II. Expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos Benefícios Eventuais;

III. Acompanhar a atualização permanente dos dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente nome do beneficiado, registro do CADÚNICO, benefício concedido, valor, quantidades e período de concessão;



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

DECRETO N.º



IV. Articular as políticas sociais e de defesa de direitos no município para o atendimento integral da família beneficiada de forma a ampliar o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragiliza a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa;

V. Promover ações permanentes de ampla divulgação dos Benefícios Eventuais e seus critérios de concessão.

Art. 20. A prestação de contas será operacionalizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme legislação local pertinente.

Parágrafo Único. Deverá ser encaminhada, mensalmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social, prestação de contas relativas aos benefícios eventuais concedidos, para acompanhamento.

Art. 21. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais estabelecidos nesta resolução será fixado em valor igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo nacional, ou na ausência de renda, conforme o caso.

Art. 22. Responderá civil e penalmente quem utilizar os benefícios eventuais para fins diversos ao qual é destinado, como também o agente público, que de alguma forma contribuir para a malversação dos recursos públicos objeto dos benefícios de que trata essa resolução.

Art. 23. Por serem considerados direitos socioassistenciais, é vedada a vinculação dos benefícios eventuais a quaisquer Programas de Governo, em consonância as diretrizes da Política Pública de Assistência Social, disciplinada na forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Das Definições Finais

Art. 24. Afirmar que não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 25. Recomendar aos órgãos gestores de governo que o reordenamento tratado nesta resolução se dê por meio de um processo de transição construído de maneira planejada e articulada com gestores, conselho de assistência social e conselho de saúde no município e realize a definição das necessidades, estratégias, atividades e prazos.

Art. 26. Recomendar a observância dos marcos regulatórios quanto às provisões da política de saúde, dentre outras, as abaixo relacionadas:

I - POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (Portaria Ministério da Saúde - MS nº 1.060, de 05 de junho de 2002);



Prefeitura Municipal de Cassilândia

DECRETO N.º



II - CONCESSÃO DE MEDICAMENTOS (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – art. 6º e Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 – art. 20);

III - CONCESSÃO DE ÓRTESES E PRÓTESES (Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 – arts. 18 e 19; Portaria MS nº 116, de 09 de setembro de 1993; Portaria MS nº 146, de 14 de outubro de 1993; Portaria MS nº 321/2007);

IV - ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – art. 17);

V - SAÚDE BUCAL (Política Nacional de Saúde Bucal – Programa Brasil Sorridente);

VI - CONCESSÃO DE ÓCULOS (Portaria Normativa Interministerial Ministério da Educação - MEC/MS nº 15, de 24 de abril de 2007 – Projeto Olhar Brasil) e Portaria MS nº 254, de 24 de julho de 2009).

Art. 27. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social do Município:

I - a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento total ou compartilhado com outras esferas de governo;

II - a realização de estudos da realidade e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III - expedir as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais.

IV - avaliação técnica por parte do assistente social quanto às condições para o recebimento do benefício, conforme regulamentação municipal existente.

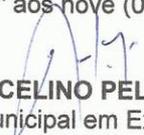
Art. 28. Cabe ao Conselho Municipal de Assistência Social a fiscalização da aplicação dos recursos destinados aos benefícios eventuais, bem como a eficácia do município, propondo, sempre que necessário a revisão anual da regulamentação de concessão e valor dos mesmos.

Art. 29. As despesas decorrentes da concessão dos Benefícios Eventuais correrão por conta de dotação, constantes do orçamento, nas seguintes unidades: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS e Fundo Municipal de Investimento Social – FMIS.

Art. 30. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social, conforme Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social nº 39/2010.

Art. 31. – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho,” aos nove (09) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* registrado no livro próprio e publicado por
afixação no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 272/15 de 06 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar a Remoção do servidor municipal **Jose Alberto de Souza Neto**, matrícula -1676, ocupante do cargo de Arquiteto, para exercer suas funções no Gabinete do Prefeito – Central de Projetos, Convênios e Contratos, em conformidade com os art. 49 e 50 da Lei Complementar nº 109/2008 de 04 de janeiro de 2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos seis (06) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 273/15 de 06 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar a Remoção do servidor municipal **Renato Cesar de Freitas**, matrícula 1423, ocupante do cargo de Engenheiro Civil, para exercer suas funções no Gabinete do Prefeito – Central de Projetos, Convênios e Contratos, em conformidade com os art. 49 e 50 da Lei Complementar nº 109/2008 de 04 de janeiro de 2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos seis (06) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 277/15 de 09 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias restantes pelo prazo de quinze (15) e/ou vinte (20) dias, aos seguintes servidores:

Nome do(a) Servidor(a)	Matrícula	Período Aquisitivo		Período Concessivo	
		De	Até	De	Até
Eliana Bezerra do Nascimento	231	02/03/2013	19/03/2014	09/04/2015	28/04/2015
José Jesus Francisco Lima	236	05/03/2014	04/03/2015	09/04/2015	23/04/2015

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Joaquim Tenório Sobrinho", aos nove (09) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 284/15 de 09 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **Jucelia Pereira Martins**, Gari, matrícula 1433, Licença para Tratamento de Saúde pelo prazo de quinze (15) dias, com início em trinta (30) de março de 2015 e término em treze (13) de abril de 2015, de acordo com o Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município Lei nº 109/2008 de 04.01.2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos nove (09) dias do mês de abril de 2015.

MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 285/15 de 09 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar vago, um cargo de provimento efetivo de Artífice Hidráulica e Esgoto, matrícula 694, em virtude do Falecimento do Sr. **Younes Mahfouz**, CPF 404.198.351-72, ocorrido em 02/04/2015, conforme Certidão de óbito expedida pelo Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais- Paranaíba/MS, em 07 de abril de 2015.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/04/2015, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos nove (09) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 286/15 de 09 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor Público Municipal o Sr. **Paulo Cezar Ramos**, matrícula 1693, Motorista I, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Seção de Trânsito e Transportes Externos Ref XII, Tabela 1 Anexo II da Lei Complementar 068/2002 de 23 de dezembro de 2002, em vaga prevista na Lei Complementar 068/2002 de 23 de dezembro de 2002.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Joaquim Tenório Sobrinho", aos nove (09) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 287/15 de 09 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - **Tornar sem efeito** na íntegra a Portaria nº 109/15 de 11 de fevereiro de 2015, em que designou a Sra. **Andreia Cristina Negrão Guimarães** para cargo em Comissão de Coordenadora de Saúde Pública.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos nove (09) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 289/15 de 09 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Pública Municipal a Sra. **Eloa Karina Villanova Vidal**, matrícula 1582, Recepcionista, para exercer o cargo em Comissão de Diretor de Departamento Central de Compras Ref XIII, Tabela 1 Anexo II da Lei Complementar 068/2002 de 23 de dezembro de 2002, em vaga prevista na Lei Complementar 110/2008 de 09 de janeiro de 2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos nove (09) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 290/15 de 10 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **Valdira Rodrigues de Jesus Aguiar**, Auxiliar de Serviços Diversos, matrícula 775, Licença para Tratamento de Saúde pelo prazo de sete (07) dias, com início em dez (10) de abril de 2015 e término em dezesseis (16) de abril de 2015, de acordo com o Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município Lei nº 109/2008 de 04.01.2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Joaquim Tenório Sobrinho", aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 291/15 de 10 de abril de 2015.

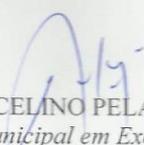
Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia,
Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar a Remoção da servidora municipal **Rosana Cândida de Souza**, matrícula 393, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação – Biblioteca do SESI, em conformidade com os art. 49 e 50 da Lei Complementar nº 109/2008 de 04 de janeiro de 2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 292/15 de 10 de abril de 2015.

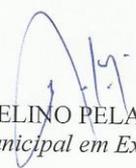
Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **Eurinivalda Candeias de Miranda**, Recepcionista, matrícula 711, férias pelo prazo de vinte (20) dias, correspondente ao período aquisitivo de quatorze (14) de março de 2012 a treze (13) de maio de 2013, com início em vinte e dois (22) de abril de 2015 e término em onze (11) de maio de 2015.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Joaquim Tenório Sobrinho", aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 293/15 de 10 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar a Remoção da servidora municipal **Marluce Martins Silva**, matrícula 1948, ocupante do cargo de Escrituraria I, para exercer suas funções no Gabinete do Prefeito – Central de Projetos, Convênios e Contratos, em conformidade com os art. 49 e 50 da Lei Complementar nº 109/2008 de 04 de janeiro de 2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 294/15 de 10 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **Hidelma de Fátima Dutra**, Escrituraria I, matrícula 590, férias restantes pelo prazo de quinze (15) dias, correspondente ao período aquisitivo de cinco (05) de abril de 2009 a quatro (04) de abril de 2010, com início em dez (10) de abril de 2015 e término em vinte e quatro (24) de abril de 2015.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Joaquim Tenório Sobrinho", aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.

MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 295/15 de 10 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Pública Municipal a Sra. **Elisa Keiko Okumura More**, matrícula 1906, Telefonista, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Contabilidade Ref X, Tabela 1 Anexo II da Lei Complementar 068/2002 de 23 de dezembro de 2002, em vaga prevista na Lei Complementar 068/2002 de 23 de dezembro de 2002.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/04/2014, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 296/15 de 10 de abril de 2015.

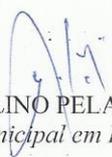
Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora Pública Municipal a Sra. **Andreia Cristina Negrão Guimarães**, matrícula 1464, Auxiliar de Enfermagem, para exercer o cargo em Comissão de Gerente de Projetos, Convênios e Contratos Ref XV, Tabela 1 Anexo II da Lei Complementar 068/2002 de 23 de dezembro de 2002, em vaga prevista na Lei Complementar 168/2015 de 25 de março de 2015.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 297/15 10 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o pagamento das férias indenizadas a Sra. **Aucirene Aparecida de Assis**, Secretária de Finanças, matrícula 36, referente ao período aquisitivo de dez (10) de abril de 2014 a nove (09) de abril de 2015, conforme disposto no parágrafo único, do Art. 164, da Lei Complementar nº 109/08 de 04 de janeiro de 2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 298/15 de 10 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia,
Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido do cargo efetivo de Escriturário II, a Sra. **Enilda Aparecida Mendes Rosa Cáceres**, matrícula 999, CPF nº 989.770.321-72.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 299/15 de 10 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **Mirla da Silva Ribeiro**, Professora, matrícula 1983, Licença para Tratamento de Saúde pelo prazo de sete (07) dias, com início em nove (09) de abril de 2015 e término em quinze (15) de abril de 2015, de acordo com o Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município Lei nº 109/2008 de 04.01.2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Joaquim Tenório Sobrinho", aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 300/15 de 10 de abril de 2015.

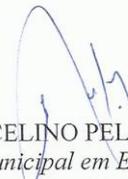
Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Declarar vago, um cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Diversos, matrícula 387, em virtude do Falecimento da Sra. **Dirce Maria da Costa**, CPF 338.617.901-06, ocorrido em 08/04/2015, conforme Certidão de óbito expedida pelo Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais– Cassilândia/MS, em 09 de abril de 2015.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/04/2015, revogados as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos dez (10) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 301/15 13 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o pagamento das férias indenizadas a Sra. **Alzeli Cristina Soares dos Santos**, Auxiliar de Serviços Diversos, matrícula 774, referente ao período aquisitivo de primeiro (1º) de março de 2014 a vinte e oito (28) de fevereiro de 2015, conforme disposto no parágrafo único, do Art. 164, da Lei Complementar nº 109/08 de 04 de janeiro de 2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 302/15 de 13 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **Adriana Lima dos Santos**, Agente Comunitária de Saúde, matrícula 1614, Licença à Gestante pelo prazo de cento e vinte (120) dias, com oito (08) de abril de 2015 e término em cinco (05) de agosto de 2015, de acordo com o Art. 88 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município Lei nº 109/2008 de 04.01.2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 303/15 de 13 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar a Remoção da servidora municipal **Ivanir Gonçalves Menezes**, matrícula 95, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, para exercer suas funções no Secretaria Municipal de Saúde – NASF, em conformidade com os art. 49 e 50 da Lei Complementar nº 109/2008 de 04 de janeiro de 2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 304/15 de 13 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Realizar a Remoção da servidora municipal **Marineide Dias**, matrícula 486, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Diversos, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde – ESF Dr. Antonio Teixeira de Lima, em conformidade com os art. 49 e 50 da Lei Complementar nº 109/2008 de 04 de janeiro de 2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 305/15 de 13 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **Maria Aparecida de Oliveira Dias**, Professora, matrícula 2063, Licença para Tratamento de Saúde pelo prazo de sete (07) dias, com início em treze (13) de abril de 2015 e término em dezenove (19) de abril de 2015, de acordo com o Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município Lei nº 109/2008 de 04.01.2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 306/15 de 13 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e atribuir à professora **Silvania Souza da Silva**, matrícula 604, mais uma carga horária de vinte e duas (22) horas aula no Centro Municipal Luair Monteiro Malta Rigonato a partir de 02/03/2015.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 307/15 de 13 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e atribuir à professora **Nilma Barbosa Arantes Sales**, matrícula 670, mais uma carga horária de vinte e duas (22) horas aulas no Centro Municipal Luair Monteiro Malta Rigonato, a partir de 02/03/2015.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/03/2015, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 308/15 de 13 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Sra. **Maria Aparecida Pereira**, Auxiliar de Enfermagem, matrícula 2082, Licença para Tratamento de Saúde pelo prazo de dez (10) dias, com início em nove (09) de abril de 2015 e término em dezoito (18) de abril de 2015, de acordo com o Art. 77 do Estatuto dos Funcionários Públicos do Município Lei nº 109/2008 de 04.01.2008.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 09/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Cassilândia

Portaria N.º 309/15 de 13 de abril de 2015.

Marcelino Pelarin, Prefeito Municipal em Exercício de Cassilândia, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido do cargo efetivo de Motorista III, o Sr. **Juares Antonio de Lima**, matrícula 408, CPF nº 367.635.941-00, a partir do dia 10/04/2015.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/04/2015, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Joaquim Tenório Sobrinho”, aos treze (13) dias do mês de abril de 2015.


MARCELINO PELARIN
Prefeito Municipal em Exercício

* Registrada em livro próprio e publicada por afixação, no local de costume, na mesma data.



Estado de Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Cassilândia - MS
Secretaria Municipal de Saúde



DELIBERAÇÃO CMS/Nº. 005/2015

Cassilândia/MS, 09 de Abril de 2015

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar conforme deliberado na 263ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 17 de março de 2015 **relatório de prestação de contas referente ao terceiro quadrimestre de 2014**

Art. 2º. . Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data da sua publicação após devidamente homologada

Débora Queiroz de Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGADO em: 17/03/2015

Ellen de Cássia D. P. Gouvea
Secretária Municipal de Saúde



Estado de Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Cassilândia - MS
Secretaria Municipal de Saúde



DELIBERAÇÃO CMS/Nº. 006/2015

Cassilândia/MS, 17 de Março de 2015

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar conforme deliberado na 263ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 17 de março de 2015 **PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2015.**

Art. 2º. . Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data da sua publicação após devidamente homologada

Débora Queiroz de Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGADO em: 17/03/2015

Ellen de Cássia D. P. Gouvea
Secretária Municipal de Saúde



Estado de Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Cassilândia - MS
Secretaria Municipal de Saúde



DELIBERAÇÃO CMS/Nº. 007/2015

Cassilândia/MS, 17 de Março de 2015

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar conforme deliberado na 263ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 17 de março de 2015 **SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE REALTORIO PLANOS E PROJETOS SENDO DELIBERADO O CONSELHEIRO GILMAR ALVES NASCIMENTO**

Art. 2º. Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data da sua publicação após devidamente homologada

Débora Queiroz de Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGADO em: 17/03/2015

Ellen de Cassia D. P. Gouvea
Secretária Municipal de Saúde



Estado de Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Cassilândia - MS
Secretaria Municipal de Saúde



DELIBERAÇÃO CMS/Nº. 0008/2015

Cassilândia/MS, 09 de Abril de 2015

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar conforme deliberado na 264ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 09 DE Abril de 2015 **ALTERAÇÃO DO HORARIO DAS REUNIÕES DO CMS: FICANDO DELIBERADO PARA AS 16:00 (MS).**

Art. 2º. Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data da sua publicação após devidamente homologada

Débora Queiroz de Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGADO em: 09/04/2015

Ellen de Cássia D. P. Gouvea
Secretária Municipal de Saúde



Estado de Mato Grosso do Sul
Prefeitura Municipal de Cassilândia - MS
Secretaria Municipal de Saúde



DELIBERAÇÃO CMS/Nº. 0009/2015

Cassilândia/MS, 09 de Abril de 2015

A Presidente do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

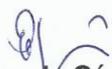
RESOLVE:

Art. 1º Aprovar conforme deliberado na 264ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, realizada no dia 09 DE Abril de 2015
INDICAÇÃO DA SECRETARIA EXECUTIVA: FICANDO DELIBERADO A SERVIDORA LUCILENE BARBOSA DOS SANTOS.

Art. 2º. . Esta Deliberação entrará em vigor a partir da data da sua publicação após devidamente homologada


Débora Queiroz de Oliveira
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

HOMOLOGADO em: 09/04/2015


Ellen de Cássia D. P. Gouvea
Secretária Municipal de Saúde

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Cecilia Regina Ribeiro da Silva Imbriani

DIOCASSI - DIÁRIO OFICIAL DE CASSILÂNDIA

SEC. DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:

PREFEITO: Marcelino Pelarin

Altair Leonel da Silva

VICE-PREFEITO: Marcelino Pelarin

PODER LEGISLATIVO

PROCURADORIA GERAL: Nadir Vilela Gaudioso

PRESIDENTE: Waddy Moisés Neto

SEC. DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

1º VICE-PRESIDENTE: Samuel Béu Gomes

Aucirene Aparecida de Assis

2º VICE-PRESIDENTE: Valdecy Pereira da Costa

SEC. DE EDUCAÇÃO:

Ailton Martins dos Santos

1º SECRETARIO: Claudete Dosso

SEC. DE SAÚDE:

Ellen de Cassia D. Pozzetti Gouvea

2º SECRETARIO: José Martiniano de Moura

SEC. DE OBRAS:

Reginaldo Dias Martins

VEREADOR: Admilson Cesário Santos (Fião)

VEREADOR: Arthur Barbosa de Souza Filho

SEC. DE TURISMO CULTURA ESPORTE LAZER E MEIO

AMBIENTE:

Cleitos da Silva Borges

VEREADOR: Florisvaldo Barbosa Dias

VEREADOR: Francisco Machado Filho

SEC. DE ADMINSITRAÇÃO

Adriana Oliveira Pereira

VEREADOR: Márcia Leonel de Souza Oliveira

VEREADOR: Marcos Perpétuo Leite da Costa

SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL:

